

Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos
Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil
Área: Combate à Discriminação

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Verônica Maria da Silva Gomes
Colaboração: Maria Célia Orlato Selem

Aula 9 - Programas, projetos e campanhas de promoção dos direitos dos GLBT

O Programa Brasil sem Homofobia é uma das bases fundamentais da luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença no Brasil e, como já sabemos, é resultado de uma parceria entre o Governo e sociedade civil coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD e prevê uma série de ações nas áreas da saúde, segurança pública, trabalho, educação e cidadania, inclusive a criação de serviços de combate à homofobia.

A partir do advento do Brasil sem Homofobia, em níveis federal, governamental e municipal, começam a surgir programas, projetos e serviços com o intuito de combater a violência contra o segmento GLBT.

Destacamos, a seguir, a iniciativa do Ministério da Educação, do Disque-Denúncia Homossexual do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei que institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia e a criação do primeiro centro de referência GLBT no nordeste.

Programa “Educação para a Diversidade e Cidadania”

Na qualidade de signatário do Programa Brasil Sem Homofobia, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD assumiu o apoio financeiro a ações de capacitação de profissionais da educação em todos os níveis de ensino.

Essa ação integra o Programa “Educação para a Diversidade e Cidadania” que objetiva a qualificação de profissionais em educação (gestores(as), professores(as), servidores(as) e demais profissionais que lidam com a área de

educação) em relação às questões de valorização da diversidade nas múltiplas dimensões do ensino.

A grande contribuição do programa é a de possibilitar que esses profissionais consigam lidar de maneira respeitosa e adequada, no seu cotidiano escolar e no ambiente de trabalho – inclusive no MEC - com a diversidade que compõe a sociedade brasileira em relação aos temas orientação sexual e identidade de gênero. O objetivo maior é uma atitude educativa de respeito e cidadania.

Em 2005, foram contemplados 15 projetos, sendo: 03 na região nordeste, 02 na região centro-oeste, 06 na região sudeste e 04 na região sul. Novos projetos no exercício 2006, serão financiados pela SECAD (PPA 2005-2008).

Vale salientar que as ações do MEC na implementação do Brasil Sem Homofobia não se esgotam no financiamento de projetos. A SECAD vem trabalhando com a Secretaria de Educação Básica do MEC na reelaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos quais as questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual estão contempladas.

A Experiência do Disque Defesa Homossexual¹ no âmbito municipal

O Centro de Referência Contra a Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH- RJ), primeiro a ser criado no Brasil no âmbito municipal, atende à comunidade GLBT de segunda a sexta-feira das 10h às 18h, oferecendo Serviço de Intercâmbio com instituições objetivando manter parceria com as ongs. Dentre os serviços oferecidos à comunidade, o Disque Defesa Homossexual (DDH), para atendimento e orientação, vem se destacando.

O Rio de Janeiro é o segundo estado do Brasil, depois de Pernambuco, em crimes de homofobia. O Disque Defesa Homossexual - DDH (21-3399-1303 / 3393-1304) é um dos resultados da agenda comum de trabalho estabelecida no Centro de Referência com as entidades de defesa dos direitos dos homossexuais no Estado do Rio de Janeiro, desde janeiro de 1999.

As principais razões para a criação do DDH foram:

- o reconhecimento da inexistência de uma política de segurança que atendesse as necessidades e especificidades da população homossexual;
- a necessidade de estabelecer canais diretos entre a comunidade homossexual e os órgãos de segurança;
- a importância de aumentar os registros de ocorrência de crimes contra homossexuais, para diminuir a incidência e;
- experiências localizadas positivas (em visitas das entidades a Batalhões da Polícia Militar como em encontros com Delegados de Polícia) que indicavam que uma aproximação entre a comunidade homossexual e os

¹ Fonte: http://www.arco-iris.org.br/_prt/projetos/c_proj_ddh.php

órgãos de segurança era possível, sendo preciso ultrapassar tabus e desobstruir os mecanismos de comunicação.

O DDH se propõe a ser um dispositivo de segurança através do qual a população homossexual mobiliza o sistema de segurança pública a seu favor. Nesse sentido, é uma experiência pioneira, que concorre para a criação de uma nova cultura, uma cultura da segurança, em oposição à cultura de denúncia e da violência, tão conhecidas pela sociedade civil brasileira nas últimas décadas.

Centro de Referência GLBT – a experiência do Maranhão

O Centro de Referência Jane Randall, inaugurado em março/2006, na cidade de São Luís do Maranhão, visa promover políticas públicas para a comunidade GLBT. O Centro é uma iniciativa do Grupo Gayvota e é o primeiro do gênero na região Nordeste. Além de prestar atendimento especializado, através do fornecimento de orientação jurídica, psicológica e social, o Centro disponibilizará um Disque-Denúncia para buscar coibir a homofobia.

Atualmente, a comunidade GLBT do Maranhão luta pela criação do Comitê Estadual da Livre Orientação Sexual Programa Estadual “Maranhão Sem Homofobia”, de acordo com o Programa Nacional “Brasil Sem Homofobia”. Além disso, articula a implantação da Frente Parlamentar Mista Municipal e Estadual Pela Livre Orientação Sexual junto aos vereadores e deputados estaduais.

O Nordeste é a região do País com o maior número de Centros de Referência (no total, serão implantados 20 Centros em todo o Brasil). Antiga reivindicação do movimento homossexual, os Centros são vistos por ativistas como um estímulo importante do Governo Federal no combate à homofobia. As entidades vão contar com uma verba de R\$ 100 mil para montar serviços e contratar profissionais especializados.

O Centro “Jane Randall” está em pleno funcionamento e a forma de contato é através do telefone (98) 3222-5005.

Estas iniciativas governamentais e não-governamentais asseguram o compromisso de manter uma política inclusiva em relação aos homossexuais, promovendo a aceitação e o respeito à diversidade sexual, o combate à homofobia e o incentivo à mudança de cultura da sociedade brasileira em relação aos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

Praticando:

- 1) Você conhece os programas de promoção dos direitos da comunidade negra, população indígena e de gays lésbicas, bissexuais e transgêneros em seu município e estado?

Quais são?

- 2) Existe uma rede de serviços para encaminhamento dos casos de violação de direitos, como delegacias de combate ao racismo, centros de referência e combate à violência e discriminação, entre outros?
- 3) Caso existam estes programas e serviços, eles tem contribuído com o enfrentamento das violações dos direitos destes segmentos discriminados? Os Conselhos tem interferido para a mudança da realidade de violações dos direitos destes segmentos?
- 4) Na sua avaliação, seriam necessários outros programas ou serviços de atenção às mulheres?
- 5) Quais são as principais campanhas de promoção dos direitos da comunidade negra, população indígena e de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros em seu estado e município? O movimento de defesa dos direitos destes segmentos tem contribuído na elaboração destas campanhas?

Links Interessantes:

17 de maio: dia mundial de combate à homofobia:

<http://www.agenciaaids.com.br/artigos-resultado.asp?ID=156>

Projeto Aliadas:

www.abglt.org.br/aliadas

Campanha:

[Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual](#)